



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
STATISTICS PORTUGAL

informação à comunicação social

DIISTAQUE

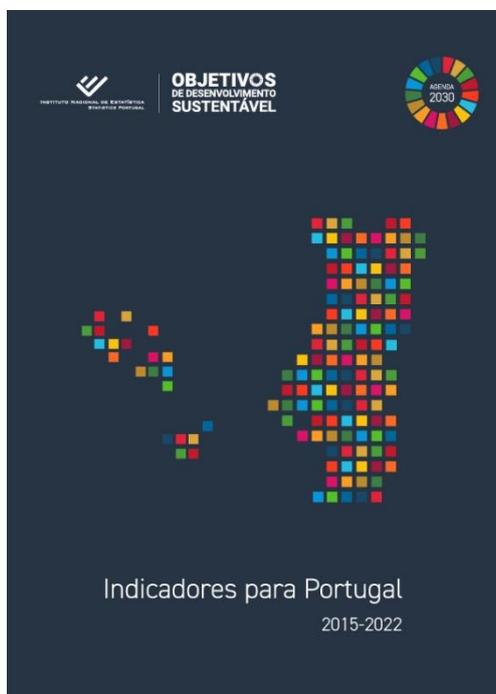
9 de junho de 2023

MULTITEMAS

2015-2022

## INDICADORES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) EM PORTUGAL

O Instituto Nacional de Estatística disponibiliza hoje a sexta edição da publicação nacional de acompanhamento estatístico da Agenda 2030 da ONU, intitulada "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Indicadores para Portugal | Agenda 2030". A publicação descreve o comportamento de 170 indicadores (mais 11 indicadores do que na edição anterior) dos ODS da lista global das Nações Unidas (NU), para Portugal, desde 2015 até ao último ano com informação disponível. São analisados sinteticamente todos os ODS, em termos de evolução e desempenho em Portugal.



O INE divulga a sexta publicação anual de acompanhamento estatístico da Agenda 2030. A presente edição corresponde, simultaneamente, ao anexo estatístico do Relatório Voluntário Nacional (RVN) português de 2023. Estes relatórios constituem um exercício de revisão nacional do progresso alcançado na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visando igualmente fomentar a sua implementação.

A presente publicação permite uma leitura estatística sobre o desempenho nacional em relação aos ODS, que privilegia a comunicação visual, infográfica e quantitativa. São apresentados 170<sup>1</sup> indicadores (mais 11 indicadores do que na edição anterior)

<sup>1</sup> 78 indicadores da lista global da ONU não fazem parte desta lista para Portugal fundamentalmente, por três razões: (i) não se aplicam no contexto nacional; (ii) não têm ainda uma metodologia suficientemente estabilizada e clara para o seu cálculo; ou (iii) não existe informação disponível.



dos ODS da lista global das Nações Unidas (NU), para Portugal, desde 2015 (início da Agenda 2030) até ao último ano com informação disponível. Para possibilitar uma consulta cronológica mais longa, disponibiliza-se, no ficheiro de dados em anexo, séries com informação desde 2010. São analisados sinteticamente todos os ODS, em termos de evolução e desempenho em Portugal.

A análise, por ODS, é complementada por uma simbologia que ilustra a respetiva tendência e a evolução face ao último ano. Assinalam-se igualmente os indicadores que já atingiram a meta estabelecida, os novos indicadores face à edição anterior, e aqueles que evidenciam o impacto (social, económico e ambiental) da pandemia COVID-19.

A maioria dos indicadores (50%) são produzidos ou divulgados no contexto do Sistema Estatístico Nacional, sendo complementados por outras fontes externas, quando necessário.

Destaca-se, ainda, a inclusão de dados desagregados ao nível geográfico por NUTS II, sempre que disponível e relevante, bem como a desagregação por faixa etária, por sexo e por grau de urbanização.



## Disponibilidade de indicadores ODS para Portugal



Na edição atual, 13,5% dos indicadores tem informação até 2022, 40,0% até 2021 e 29,4% até 2020. Esta disponibilidade torna prematura uma avaliação integral do impacto da pandemia no desenvolvimento sustentável. No entanto, identificam-se alguns indicadores afetados no curto prazo pela pandemia COVID-19, tanto por evidenciarem o seu impacto direto (ex.: mortes por catástrofes), como por registarem alguma recuperação relativamente a níveis anteriores à crise pandémica nos anos subsequentes. Em alguns torna-se, assim, possível discernir se os valores respeitantes a 2020 (quando implicam variações acentuadas positivas ou negativas face a 2019), significam inversões ou apenas interrupções de tendências que se vinham desenhando desde 2015.



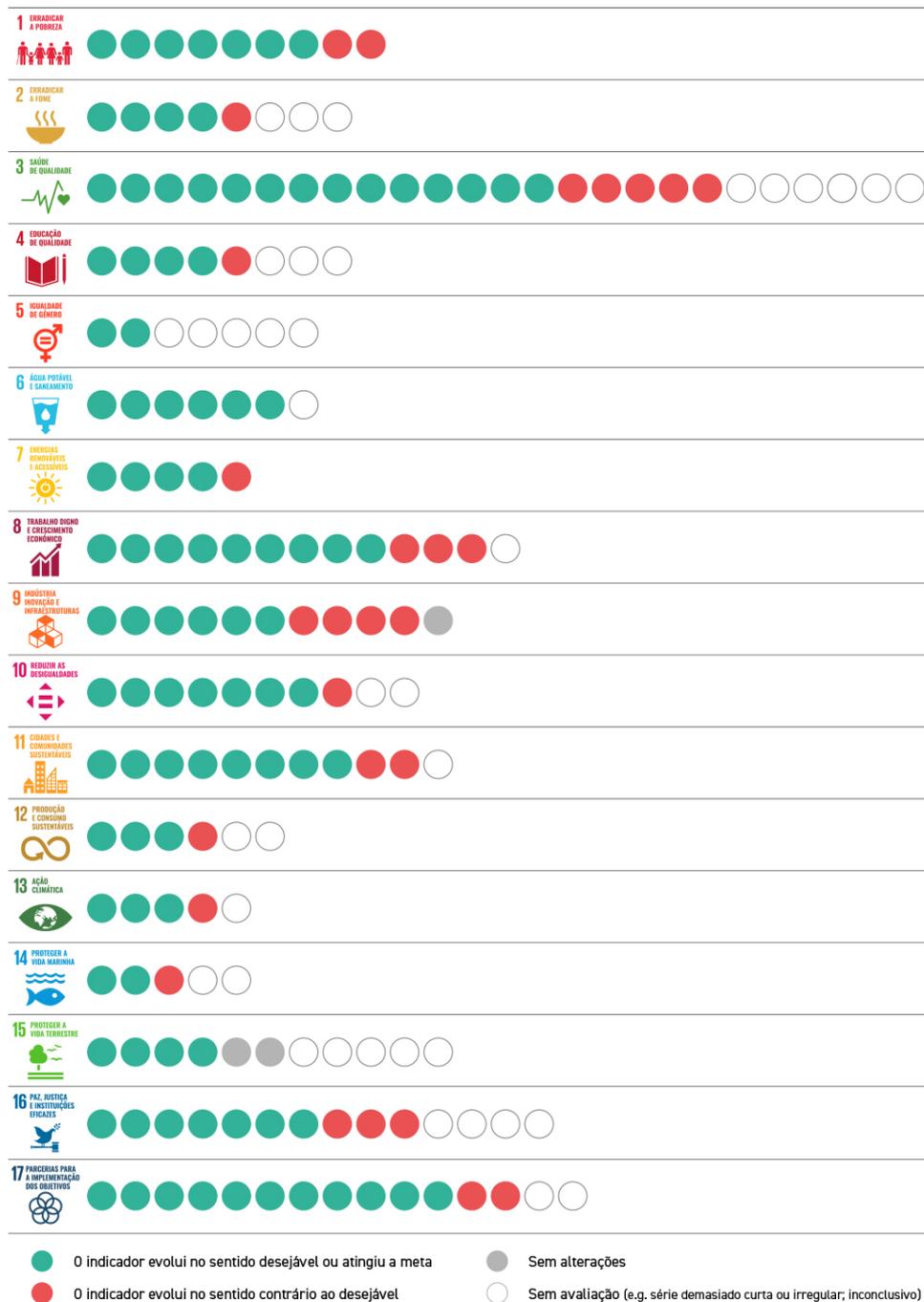
Comparando o ano mais recente com o primeiro ano disponível desde 2015, é possível concluir que:

- a maioria (101) dos indicadores analisados registou uma evolução favorável,
  - 🎯 dos quais 20 atingiram a meta;
- 28 apresentaram uma evolução desfavorável;
- 3 não registaram alterações;
- 38 não são passíveis de avaliação (séries irregulares ou curtas, inconclusivos).

Na análise por ODS, verifica-se que a maioria dos indicadores evoluiu favoravelmente ou atingiu a meta. Apenas três ODS (5, 14 e 15) apresentaram menos de 50% de indicadores com evolução positiva (ver Figura 1). Note-se, porém, que estes ODS são também dos que apresentam a menor disponibilidade de indicadores.



Figura 1 | Evolução dos indicadores ODS em Portugal no período 2015-2022<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Desde o primeiro ano disponível a partir de 2015 até ao último ano disponível. Cada círculo representa um indicador. O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).



Tendo como referência a avaliação de alguns indicadores considerados mais relevantes (ex. pertinência face à meta, atualidade da informação e relevância no contexto nacional) e com informação disponível desde 2015, sintetiza-se a avaliação da evolução (favorável ● /desfavorável ●) dos principais indicadores para Portugal nos 17 ODS:



- Redução da população em risco de pobreza desde 2015: de 19,0% para 16,4% em 2021
- Redução do risco de pobreza em grupos vulneráveis: crianças em risco de pobreza passaram de 22,4% em 2015 para 18,5% em 2021; idosos passaram de 18,3% para 17,0%
- Aumento da proporção total das despesas públicas em educação, saúde e proteção social entre 2015 e 2021: de 61,6% para 63,9%
- Aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinada à pobreza em percentagem do Rendimento Nacional Bruto (RNB) desde 2015: de 0,0046% para 0,0052%, em 2020
- Subida significativa de mortes por catástrofes em 2020 devido à pandemia COVID-19: de 0,6 em 2015 para 66,5 por 100 mil habitantes



- Menor insegurança alimentar: de 4,7% em 2019 para 4,1% em 2022



- Ligeiro aumento na superfície agrícola destinada a agricultura biológica: de 5,1% em 2016 para 5,3% em 2019
- Aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento ao setor agrícola desde 2015 (máximo em 2017): de 0,35 milhões € para 0,54 milhões € em 2021
- Maior obesidade: 16,9% da população residente com mais de 18 anos em 2019 (face a 16,4% em 2014)
- Índice de anomalia nos preços da alimentação excepcionalmente alto em 2020 (normal entre 2015 e 2019): 0,382 em 2015 e 1,342 em 2020



- Taxa de mortalidade materna por 100 mil nados-vivos: 20,1 em 2021 (meta de menos de 70 mortes por 100 mil nados-vivos até 2030) 🎯
- Taxas de mortalidade infantil (0-4 anos) e neonatal em 2021: 3,1‰ (meta de pelo menos 25‰ até 2030) e 1,7‰ (meta de pelo menos 12‰ até 2030) 🎯
- Menor taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes *mellitus* e doenças crónicas respiratórias, por 100 mil habitantes: de 283,3 em 2015 para 258,5 em 2020
- Menor taxa de mortalidade por suicídio, por 100 mil habitantes: 10,9 em 2015 para 9,1 em 2020
- Menor taxa de mortalidade por acidentes rodoviários por 100 mil habitantes: 6,9 em 2015 para 5,7 em 2020
- Menor taxa de fecundidade na adolescência: de 8,4‰ em 2015 para 5,8‰ em 2021



- Maior cobertura vacinal: difteria, tétano e tosse convulsa e *Streptococcus pneumoniae* acima dos 98% em 2021; sarampo próximo dos 95% em 2021 e vírus do Papiloma humano acima dos 75% nas mulheres e dos 50% nos homens, em 2021
- Mais pessoal médico por 1000 habitantes (entre 2015 e 2021): médicos de 4,7‰ para 5,7‰; enfermeiros de 6,5‰ para 7,8‰; profissionais de farmácia de 1,5‰ para 2,0‰; médicos dentistas de 0,9‰ para 1,1‰
- Aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento na área da saúde desde 2015, impulsionado pela ajuda internacional no contexto pandémico: 4,6 milhões € em 2015 para 28,0 milhões € em 2021
- Ligeiro decréscimo na proporção de nascimentos (nados-vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado: de 99,9% em 2015 para 99,1% em 2021
- Aumento da taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, condições de saneamento inseguras e falta de higiene, por 100 mil habitantes: de 2,2 em 2015 para 4,0 em 2020



- Aumento das taxas de conclusão do ensino básico e secundário: de 92,1% em 2015 para 96,9% em 2021 no ensino básico e de 83,4% para 91,7% no ensino secundário
- Taxa de escolarização próxima da meta de 100%: 99,2% no ano letivo 2020/2021
- Progresso favorável e paridade de género nas competências digitais nos adultos: de 47,7% em 2015 para 55,3% em 2021; índice de paridade de género de 0,93 em 2015 e de 1,10 em 2021
- Retrocesso nas competências em leitura: proficiência em leitura de 82,8% em 2015 e de 79,8% em 2018



- Paridade de género do uso de tecnologias de informação e comunicação: cerca de 97% dos homens e das mulheres usavam telemóvel em 2022
- Proporção de mulheres dirigentes na administração pública superior a 50%
- Existência de quadros legais que promovem, fazem cumprir e monitorizam a igualdade de género
- Disparidades na participação cívica e política: redução de deputadas na legislatura parlamentar (2022-2025): de 89 mulheres em 230 deputados (2019-2022), para 85 mulheres
- Menos mulheres nas eleições autárquicas em 2021: de 32 em 2017 para 29 em 2021
- Disparidades na propriedade de terra agrícola: 13,1% de mulheres face a 28,0% de homens em 2019
- Proporção residual de mulheres em cargos de chefia: 3,1% em 2022 (com evolução favorável face a 2015)



- Água segura alcançada: nível de excelência da qualidade da água para consumo humano. A meta de 2030, de 99%, foi atingida em 2021 
- Melhoria das condições de saneamento, mesmo na população em risco de pobreza: 0,9% da população residente vivia sem banheira, duche e retrete no interior do alojamento em 2015 vs. 0,4% em 2022; 2,4% da população em risco de pobreza vivia nestas condições em 2015, reduzindo para 1,3% em 2022
- Percentagem (estimada) de alojamentos cobertos por serviços de drenagem de águas residuais próxima da meta nacional e com evolução favorável: de 83% em 2015 para 85% em 2020



- 100% das bacias hídricas transfronteiriças encontram-se abrangidas por acordos de cooperação internacional 



- Energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto de energia com a maior proporção de sempre em 2021 (34%). A meta de 31% em 2020 foi ultrapassada 
- Maior eficiência energética em 2021: intensidade energética da economia em energia primária atingiu valor mínimo no período em análise (após aumento em 2020): 105,6 tep/€
- Cooperação internacional: redução de fluxos financeiros para países em desenvolvimento destinados à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável: de 2,93 milhões € em 2015 para zero em 2021



- Aumento do PIB *per capita* em 2022 (após decréscimo acentuado devido à pandemia COVID-19): de 17,4 mil € *per capita* em 2015 para 20,8 mil € *per capita*, a preços correntes, em 2021; crescimento acima da média UE
- Menos desemprego: taxa de desemprego de 12,9% em 2015, registou 6,0% em 2022, valor mínimo desde 2015 (interrupção da tendência decrescente em 2020 [7,0%] devido à pandemia COVID-19)
- Menor inatividade nos jovens (15-24): taxa de jovens não empregados/integrados em educação ou formação, de 14,3% em 2015, atingiu 9,4% em 2022, valor mínimo desde 2015



- Recuperação do peso do turismo na riqueza nacional após contração devido à pandemia COVID-19: 6,9% em 2016, 4,8% em 2020 e 5,8% em 2021
- Progresso favorável na incidência de acidentes de trabalho não fatais, por 100 mil empregados, entre 2015 e 2020 (não obstante, mantém-se superior à observada na UE27): de 2 954 para 2 260 em PT; de 1 675 para 1 603 na UE27
- Decréscimo na Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinada ao apoio ao comércio: evolução desfavorável desde 2015, de 21,45 milhões €, para 3,49 milhões € em 2021 (valor máximo em 2020, de 33,61 milhões €)



- Aumento do peso das indústrias de alta e média tecnologia no valor acrescentado bruto (VAB) da indústria transformadora: de 22,9% em 2015 para 23,7% em 2021
- Maior proporção de despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB: de 1,24% em 2015 para 1,61% em 2021 (ainda longe da meta de 3% até 2030)
- Menor intensidade das emissões atmosféricas da economia (diminuição de emissões de CO<sub>2</sub> por unidade de VAB): de 0,344 kg CO<sub>2</sub>/€ em 2015 para 0,269 kg CO<sub>2</sub>/€ em 2021
- 99,9% da população coberta por rede móvel em 2021 (em 2015 era 99,8%)
- Descida no número de passageiros transportados devido à pandemia COVID-19, em particular no transporte aéreo (2020): de 31 611 passageiro-quilómetro em 2015 para 12 852 em 2020 e 16 776 em 2021
- Indústria transformadora: desempenho desfavorável nas dimensões de emprego (17,7% da população empregada na indústria transformadora em 2015 vs. 16,8% em 2022) e peso das microempresas no valor acrescentado desta indústria (8,1% do VAB em 2015 vs. 7,3% em 2021)



- Aumento do rendimento médio (não obstante contração em 2020 nos 40% de população mais vulnerável economicamente): de 10 562 € em 2015 para 13 148 € em 2021; de 5 132 € para os mais vulneráveis em 2015 para 6 851 € em 2021
- Progresso favorável do peso do trabalho no PIB desde 2015: de 46,7% em 2015 para 51,6% em 2020
- Diminuição da percentagem de pessoas a viverem em agregados familiares com rendimento inferior a 50% do rendimento mediano, de 13,0% em 2015 e 12,4% em 2020, para 10,0% em 2021
- Avaliação internacional indica melhoria em políticas de migração que facilitam a migração e a mobilidade (ordenada, segura, regular e responsável), atingindo a classificação máxima em 5 domínios 
- Tendência desfavorável no impacto redistributivo da política fiscal: coeficiente de Gini do Rendimento monetário líquido por Adulto Equivalente passou de 33,9% em 2015 para 32,0% em 2021



- Menos população em condições de habitabilidade desfavoráveis: decréscimo da proporção da população residente em alojamentos não clássicos, de 0,17% no Censos 2011 para 0,11% no Censos 2021 e da taxa de privação severa das condições da habitação, de 4,7% em 2015 para 3,9% em 2020
- 100% das cidades portuguesas com participação direta da sociedade civil no planeamento e gestão urbana 



- Aumento da despesa pública e privada em serviços culturais (não obstante a forte contração na despesa privada em 2020 devido à pandemia COVID-19): despesa pública de 167,2 milhões € em 2015, para 207,8 milhões € em 2020; e despesa privada de 56,8 milhões €, para 29,4 milhões € em 2020
- Mais resíduos urbanos nas cidades e *per capita*: de 4,8 milhões de toneladas de resíduos recolhidos em 2015 para 5,3 em 2020, correspondentes a 460 kg *per capita* em 2015 e a 513 kg *per capita* em 2020



- Redução na percentagem de resíduos perigosos gerados: de 10,3% em 2015 para 9,2% em 2021
- Progresso favorável nas taxas de reciclagem: 36,1% em 2015 para 38,0% em 2020 (contudo, ainda aquém da meta nacional para 2020 [50%] e longe da meta para 2030 [55%])
- Uso mais eficiente dos materiais desde 2015: redução da pegada material por unidade de PIB, de 0,91 kg/€ em 2015 para 0,79 kg/€ em 2020 e diminuição do consumo interno de materiais por unidade de PIB, de 0,89 kg/€ em 2015 para 0,83 kg/€ em 2021
- Ferramentas disponíveis para monitorizar aspetos económicos e ambientais da sustentabilidade: Conta Satélite do Turismo, Conta das Emissões Atmosféricas e Conta de Fluxos Físicos de Energia
- Aumento do consumo interno de materiais *per capita* entre 2015 e 2019 (interrompido em 2020 devido, principalmente, à pandemia COVID-19): de 15,6 t *per capita* em 2015 para 15,9 t *per capita* em 2021



- Redução no total de emissões de gases com efeito de estufa (GEE): -32,9% em 2020 face a 2005. A meta nacional de 2020 foi ultrapassada (-18% a -23%), mas ainda está longe da meta de -45% a -55% até 2030 
- Redução no nível de emissões de GEE *per capita* entre 2015 e 2020: 6,5 t CO<sub>2</sub> eq *per capita* em 2015 para 5,6 t CO<sub>2</sub> eq *per capita* em 2020
- Progresso favorável na implementação da Estratégia Nacional de Redução de Risco de Catástrofes
- Subida acentuada no número de mortes atribuídas a catástrofes em 2020, em consequência da pandemia COVID-19: de 0,6 por 100 mil habitantes em 2015 para 66,5 em 2020



- Classificação internacional máxima no grau de implementação de instrumentos internacionais destinados ao combate da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada
- Melhoria na avaliação internacional do grau de aplicação de enquadramentos relativos ao direito de acesso da pequena pesca
- Redução do peso do investimento em I&D em tecnologia marinha: de 2,1% em 2016 para 1,9% em 2021
- Proporção de áreas marinhas protegidas: 7% (meta: 10% até 2030)



- Avaliação internacional considera que Portugal adotou legislação nacional relevante e afetou recursos adequados para a prevenção ou o controle de espécies exóticas invasoras
- Portugal é Parte contratante no Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura e possui ferramentas ou medidas legislativas, administrativas e políticas reportadas à Câmara de Compensação de acesso e partilha dos benefícios
- Progresso favorável na Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinada à biodiversidade: de 0,37 milhões € em 2015 para 1,19 milhões € em 2021
- Proporção de superfície das áreas classificadas manteve-se inalterada entre 2015 e 2021: 22,6%



- Descida no número de crimes de homicídio desde 2015: de 100 para 82 em 2021
- 100% de crianças portuguesas com registo de nascimento
- Mais mulheres dirigentes na Administração Pública: de 5 576 em 2015 para 7 668 em 2021
- Aumento do número de armas de fogo apreendidas, entregues/recuperadas pela polícia: de 13 245 em 2015 para 30 728 em 2021
- Aumento da proporção de reclusos preventivos na população prisional: de 16,2% em 2015 para 18,5% em 2021



- Subida no número de crimes de tráfico de pessoas registados pelas autoridades policiais (redução acentuada em 2020, no contexto da pandemia COVID-19): de 53 em 2015 para 41 em 2020 e 80 em 2021
- Menor proporção de pessoas que se sentem seguras quando passeiam sozinhas depois de escurecer: 85,5% em 2016 e 82,8% em 2020



- Portugal tendencialmente “infoincluído”: aumento dos acessos à Internet (de 30,3% em 2015 para 41,6% em 2021) e da percentagem de adultos que usam a Internet (de 68,6% em 2015 para 84,5% em 2022)
- Aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e do seu peso no Rendimento Nacional Bruto (RNB): 0,16% em 2015 para 0,18% em 2021
- Decréscimo do peso das remessas dos emigrantes e imigrantes no PIB: de 1,55% em 2015 para 1,50% em 2021

Esta publicação bilingue complementa outros formatos de divulgação, tais como o **dossiê temático** e o ficheiro Excel anexo à Publicação.

A informação apresentada é a mais recente disponível à data de 28 de fevereiro de 2023.